

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO NO JOUE Nº 02/2024

AQUISIÇÃO DE BENS INFORMÁTICOS PARA O REFORÇO DA INFRAESTRUTURA DA
REDE INFORMÁTICA DA DIREÇÃO-GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS

CADERNO DE ENCARGOS

Cláusula 1.^a

Objeto

O presente concurso tem por objeto a aquisição de bens informáticos novos para o reforço da infraestrutura da rede informática da Direção-Geral do Tribunal de Contas, de acordo com as seguintes características técnicas mínimas e divisão por lotes:

Lote 1 - Computadores portáteis linha Profissional

Descrição	Quantidade
Portátil com processador i5-1335U	150
Windows 11 Pro 64 PT	
Câmara integrada 2MP USB2 IR Windows Hello	
15.6 inch AG FHD (1920x1080) LED UWVA 250 f2MP IR bnt LCD Panel	
32 GB (2x16 GB) DDR4 3200	
1TB PCIe-4x4 2280 NVMe TLC Solid State Drive	
Wi-Fi 6E 160 MHz + Bluetooth 5.3 WLAN	
Long Life 42 Whr Fast Charge 3 cell Battery	
Transformador 65 Watt AC Adapter ou USBc	
2 SuperSpeed USB Type-C® 10 Gbps signaling rate (USB Power delivery, DisplayPort™ 1.4)	
2 SuperSpeed USB Type-A 5 Gbps signaling rate port (USB 3.2 Gen 1)	
1 HDMI 2.1 Port	
1 Audio Combo Jack	
Ethernet Port (RJ-45)	
Electronic Product Environmental Assessment Tool (EPEAT)	
Electronic Energy Star Labeling (EStar)	
Electronic TCO Certified labeling	
3 year Next Business Day Response Onsite Notebook Hardware Support	

Notas:

- Onde se faz referência a uma determinada marca, deverá ler-se também **ou equivalente;**
- As caraterísticas descritas são consagradas como **configurações mínimas.**

SEDE



Lote 2 - Mochilas

Descrição	Quantidade
Mochila com as seguintes dimensões mínimas (LxPxA): 42,5 cm x 12,7 cm x 31cm do tipo "HP Prelude Pro Recycle" ou equivalente com ethernet LAN ou equivalente	150

Notas:

- Onde se faz referência a uma determinada marca, deverá ler-se também ou equivalente;
- As caraterísticas descritas são consagradas como configurações mínimas.

Lote 3 - Ratos

Descrição	Quantidade
Rato ótico com fio do tipo "MSI Clutch G8" ou equivalente, cor preta, ambidestro	150
5 botões	
Sensor ótico	
DPI standard, mínimo 2.400	
Ajuste de DPI	
Dimensões: C 125 mm x L 66 mm	

Notas:

- Onde se faz referência a uma determinada marca, deverá ler-se também ou equivalente;
- As caraterísticas descritas são consagradas como configurações mínimas.

Lote 4 – Teclado

Lote 4	
Descrição	Quantidade
Teclado com fio do tipo "HP 150" Português	50
Indicadores LED: Caps Lock; Num Lock; Scroll Lock	
Dimensões mínimas (L X P X A): 420 mm x 145 mm x 25 mm	
Atalhos teclas Fn - Controlo do volume, página principal, favoritos e e-mail	

Notas:

- Onde se faz referência a uma determinada marca, deverá ler-se também ou equivalente;
- As caraterísticas descritas são consagradas como configurações mínimas.

Lote 5 – Scanner

Descrição	Quantidade
Scanner do tipo "HP Scanjet Enterprise Flow N7000 snw1" ou equivalente	2



Notas:

- a) Onde se faz referência a uma determinada marca, deverá ler-se também ou equivalente;
- b) As características descritas são consagradas como configurações mínimas.

Lote 6 – Workstation

Descrição	Quantidade
Workstation do tipo "HP Z4 TWR G5 1125W EPA90 RCTO BU" ou equivalente	1
OST Win 11 Pro 64 WK7 Inglês	
Intel Xeon W7-2475 X 20C 225W CPU	
128GB (4X32GB) DDR5 4800 DIMM ECC REG Mem	
NVIDIA RTX A6000 48 GB 4DP GFX	
NVIDIA RTX A6000 48 GB 4DP 2nd GFX	
HP miniDP-to-DP Adapter (2-pack)	
OS Load to M.2	
ZTrb 2TB Pcle 2280 OPAL2 TLC M.2 SSD	
HPZ 2TB Pcle 2280 TLC M.2 2nd SSD	
Type-C SprdSpd USB 20 Gbps Frnt IO v2 Prem	
HP Z4 G5 Fan/Frnt Crd Guide Kit	
HP Z4 G5 Mem Cooling Solution	
HP Z4 G5 Pcle Rtner wFans	
Data Science Ready	
HP VR Ready Configuration	
Single Unit (TWR) Packaging	
HP Anyware Rmt SysCntrl Main Board Adptr	
HP 3y Onsite Care Hardware Support	
HP Standard delivery (Door/Dock) WS	
Z2 Mini/Z2 Tower/Z4/Z6 Depth Adjustable Fixed Rail Rack Kit	

Notas:

- a) Onde se faz referência a uma determinada marca, deverá ler-se também ou equivalente;
- b) As características descritas são consagradas como configurações mínimas;
- c) O equipamento deverá possuir e cumprir as normas TCO e Epeat Gold.

Lote 7 – Monitores

Descrição	Quantidade
Monitor 27" co cabo HDMI	30
Resolução 1920X1080	
Display Colours 16.7 Million	
Tempo de resposta 5ms	
Taxa de refrescamento 75HZ	
Montagem VESA	
Conector HDMI	
Cabo HDMI 1,8m 1.4	



Notas:

- a) Onde se faz referência a uma determinada marca, deverá ler-se também ou equivalente;
- b) As características descritas são consagradas como configurações mínimas;

Lote 8 – Tapes

Descrição	Quantidade
Tapes LTO 9	100
HPE LTO 9 Ultrium RW Bar Code Label Pack	1
Tapes LTO 8	20
HPE LTO 8 Ultrium RW Bar Code Label Pack	1

Notas:

- a) Onde se faz referência a uma determinada marca, deverá ler-se também ou equivalente;
- b) As características descritas são consagradas como configurações mínimas.

Cláusula 2.^a

Preço Base

1. O preço base é de **178.200,00 euros (cento e setenta e oito mil e duzentos euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, para a totalidade dos 8 Lotes do procedimento, sendo que, a cada Lote, corresponde o seguinte preço base:
 - a) Lote 1 – **138.000,00 euros** (cento e trinta e oito mil euros);
 - b) Lote 2 – **2.700,00 euros** (dois mil, e setecentos euros);
 - c) Lote 3 – **2.850,00 euros** (dois mil, oitocentos e cinquenta euros);
 - d) Lote 4 – **850,00 euros** (oitocentos e cinquenta euros);
 - e) Lote 5 – **1.900,00 euros** (mil e novecentos euros);
 - f) Lote 6 – **14.000,00 euros** (catorze mil euros);
 - g) Lote 7 – **3.600,00 euros** (três mil e seiscentos euros);
 - h) Lote 8 – **14.300,00 euros** (catorze mil e trezentos euros).
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, designadamente:
 - a) Todas as despesas relativas ao transporte dos bens para o respetivo local de entrega;



- b) Todos os encargos decorrentes da instalação e configuração dos mesmos, quando aplicável;
- c) Despesas com deslocações, estadias e despesas de alimentação;
- d) Seguros de acidentes de trabalho.

Cláusula 3.ª

Local e prazo de entrega dos bens

A entrega dos equipamentos objeto do contrato ocorrerá nas instalações da entidade adjudicante, sitas na Avenida da República, n.º 65, em Lisboa, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data de assinatura do contrato, relativo a cada lote.

Cláusula 4.ª

Prazo de vigência do contrato

1. Os contratos relativos aos lotes a concurso iniciam a vigência com a sua assinatura e vigoram até à entrega dos bens, mediante aceitação da conformidade dos mesmos pela entidade adjudicante, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação.
2. Será celebrado um contrato por cada lote adjudicado, sendo que se houver mais que um lote adjudicado ao mesmo adjudicatário será celebrado um contrato com vários lotes.

Cláusula 5.ª

Obrigações do adjudicatário

1. O adjudicatário disponibilizará à entidade adjudicante, nos prazos previstos, os bens objeto do contrato, em estado novo, nas quantidades requeridas e com os requisitos técnicos e funcionais mínimos previstos no presente caderno de encargos e apresentados na sua proposta.
2. O adjudicatário obriga-se a fazer o fornecimento dos bens em perfeitas condições de operacionalidade com vista a serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessários à sua entrada em funcionamento.
3. Com a entrega dos bens objeto(s) do(s) contrato(s), e após aceitação da conformidade dos mesmos por email, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para a entidade adjudicante, sem prejuízo das obrigações de garantia que recaem sobre o adjudicatário.



4. O adjudicatário é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância dos bens e/ou serviços objeto do contrato que existam no momento em que os mesmos lhe são entregues e/ou realizados.
5. Se, na entrega dos bens, forem detetadas discrepâncias com os requisitos técnicos e funcionais previstos e propostos ou se verificar a inoperacionalidade nalgum dos bens, a entidade adjudicante notifica desse facto, por email, o adjudicatário.
6. O adjudicatário dispõe de um prazo de 7 dias úteis a contar da data da notificação prevista no número anterior para proceder, à sua custa, à substituição ou reparações necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento dos requisitos técnicos e funcionais.
7. O adjudicatário obriga-se a disponibilizar simultaneamente com a entrega dos equipamentos, todos os documentos (em língua portuguesa), que sejam necessários para a sua boa e integral utilização e funcionamento.
8. Apenas se consideram entregues os vários equipamentos com a aceitação de conformidade comunicada por escrito (email) pela entidade adjudicante.
9. O adjudicatário, no âmbito da execução contratual, deve ainda cumprir as orientações éticas constantes do Despacho n.º 15/2023-GP, de 20 de fevereiro, emitido pelo Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas e publicitado no endereço web [despacho-015-2023-gp.pdf \(tcontas.pt\)](https://tcontas.pt/despacho-015-2023-gp.pdf) e assegurar que os recursos afetos à execução do contrato as cumprem.

Cláusula 6.ª

Garantia

Os equipamentos indicados nos lotes a concurso estão sujeitos a garantia, com a duração mínima de 3 anos a contar da aceitação dos mesmos, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 441.º do CCP, conjugado com o n.º 1 do artigo 444.º, ambos do Código dos Contratos Públicos (CCP), e em conformidade com o Decreto-Lei n.º 84/2021, de 18 de outubro. No entanto, caso o prazo de garantia definido pelo adjudicatário seja superior ao estabelecido pela lei, vigorará esse prazo.

Cláusula 7.ª

Condições de pagamento

1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da receção da respetiva fatura, a qual só poderá ser emitida após o fornecimento dos bens e mediante

SEDE

Avenida da República, 65 • 1050-189 LISBOA • PORTUGAL
T: +351 217 945 100 E: geral@tcontas.pt W: tcontas.pt



- a respetiva aceitação e notificação da sua conformidade (por e-mail) por parte da entidade adjudicante.
2. O não cumprimento do prazo previsto no número anterior, faz incorrer a entidade adjudicante no pagamento de juros de mora, nos termos do artigo 326.º do CCP e do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 62/2013, de 10 de maio.
 3. As faturas devem ser emitidas em nome da Direção-Geral do Tribunal de Contas - Cofre Privativo, com referência ao NIPC n.º 510935842.
 4. Nos termos do artigo 299.º-B do CCP, as faturas revestem a forma eletrónica e devem ser remetidas à Direção-Geral do Tribunal de Contas através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados para o Portal FE-AP (Faturação Eletrónica na Administração Pública) disponibilizado pela ESPAP.

Cláusula 8.ª

Sigilo e confidencialidade

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, ou outra relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. Toda e qualquer informação ou documentação conhecidas no decurso da presente aquisição de bens não pode ser transmitida a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

Cláusula 9.ª

Proteção de dados

1. Em matéria de proteção de dados pessoais, o adjudicatário está obrigado, nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 – Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) e da Lei 58/2019, de 8 de agosto, a assumir a integral responsabilidade por qualquer violação destas normas que se verifique no âmbito da execução do presente contrato, por todos os colaboradores que, independentemente do vínculo laboral existente, coloque ao serviço da execução deste contrato, sendo o responsável pelo tratamento de quaisquer dados pessoais para cumprimento da suas obrigações legais e quaisquer outras finalidades identificadas que se revelem necessárias no âmbito da execução do contrato.
2. O adjudicatário deverá tomar todas as medidas técnicas e organizativas para garantir

SEDE

Avenida da República, 65 • 1050-189 LISBOA • PORTUGAL
T: +351 217 945 100 E: geral@tcontas.pt W: tcontas.pt



a privacidade e segurança nos tratamentos de dados pessoais e para limitar acessos desnecessários aos mesmos.

3. O não cumprimento do RGPD, por facto imputável ao adjudicatário, é considerado, para todos os efeitos, incumprimento definitivo, podendo a entidade adjudicante resolver o contrato, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 333.º do CCP, salvaguardando-se o direito de retorno monetário em caso de ser demandada por violação de dados.

Cláusula 10.ª

Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-a de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for, nos termos do n.º 2 do artigo 447.º do CCP.

Cláusula 11.ª

Sanções contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir ao adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária, num montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento do prazo fixado na cláusula 3.ª do presente Caderno de Encargos, poderá ser aplicada uma sanção, calculada de acordo com a seguinte fórmula:
$$VS = 0,005 * V * t$$
Em que,
VS = valor da sanção em euros
V = valor do lote do contrato
t = número de dias em incumprimento
 - b) Pelo incumprimento do prazo fixado no n.º 6 da cláusula 5.ª poderá ser aplicada uma sanção, calculada de acordo com a seguinte fórmula:
$$VS = 0,004 * V * t$$

SEDE

Avenida da República, 65 • 1050-189 LISBOA • PORTUGAL
T: +351 217 945 100 E: geral@tcontas.pt W: tcontas.pt



Em que,

VS = valor da sanção em euros

V = valor do lote do contrato

t = número de dias em incumprimento

2. O valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo da possibilidade de proceder à resolução do contrato, nos termos do n.º 2 da cláusula 12.^a.
3. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% do preço contratual e a entidade adjudicante não proceda à resolução do contrato, por daí resultar grave dano para o interesse público, o limite do valor acumulado é elevado para 30%.
4. A aplicação da sanção prevista na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do CCP.

Cláusula 12.^a

Resolução e extinção do contrato

1. As violações graves das obrigações assumidas por uma das partes conferem, nos termos gerais de direito, à outra parte, o direito de resolução do contrato, designadamente, nos termos dos artigos 332.º e 333.º do CCP, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.
2. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
 - a) Atraso no fornecimento dos bens, por um período, superior a 10 (dez) dias úteis, sem a devida justificação;
 - b) Prestação de falsas declarações;
 - c) Incumprimento grave ou sistemático das orientações éticas constantes do Despacho n.º 15/2023, de 20 de fevereiro de 2023, emitido pelo Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas e disponível para consulta no endereço web [despacho-015-2023-gp.pdf \(tcontas.pt\)](#).
3. O direito de resolução previsto no número anterior, exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário pela entidade adjudicante.
4. A extinção do contrato obedece ao disposto nas várias alíneas do artigo 330.º do CCP.



Cláusula 13.^a

Casos fortuitos ou de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem com informar o prazo previsível para restabelecer a situação.
3. Entende-se por caso fortuito ou de força maior qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excecional, independente da vontade das partes, e que não derive da falta ou negligência de qualquer delas.

Cláusula 14.^a

Cessão da posição contratual e subcontratação

1. A cessão da posição contratual e subcontratação pelo adjudicatário, obedece ao disposto nos artigos 316.º e seguintes do CCP.
2. Em caso de incumprimento, pelo adjudicatário, das suas obrigações, quando estejam reunidos os pressupostos para a resolução do contrato, este cede a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pela entidade adjudicante, pela ordem sequencial daquele procedimento, nos termos do artigo 318.º-A do CCP.

Cláusula 15.^a

Gestor do Contrato

1. Aquando da adjudicação, será designado pela entidade adjudicante o gestor do contrato, o qual acompanhará permanentemente a sua execução nos termos do artigo 290.º-A do CCP.
2. O adjudicatário deverá indicar a pessoa na sua organização que será responsável pela execução do contrato, e que será o interlocutor com o gestor do contrato designado pela entidade adjudicante.

Cláusula 16.^a

Elementos do contrato e prevalência

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

SEDE

Avenida da República, 65 • 1050-189 LISBOA • PORTUGAL
T: +351 217 945 100 E: geral@tcontas.pt W: tcontas.pt



- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao Caderno de Encargos;
 - c) O Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do artigo 101.º do mesmo diploma legal.

Cláusula 17.ª

Legislação aplicável

- 1. A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente caderno de encargos aplica-se o regime previsto no CCP e na demais legislação aplicável.
- 2. As normas do CCP relativas à fase de execução do contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

Cláusula 18.ª

Foro Competente

Todas as questões emergentes do contrato serão dirimidas pelo Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa.

SEDE

Avenida da República, 65 • 1050-189 LISBOA • PORTUGAL
T: +351 217 945 100 E: geral@tcontas.pt W: tcontas.pt